



**PORTARIA N.º 0340/2021/GP/TCMPA, DE 02 DE MARÇO DE 2021.**

**EMENTA:** ACRESCE, REVOGA E ALTERA DISPOSITIVOS DA PORTARIA N.º 0262/2020/TCMPA, DE 10/04/2020, DESTINADA A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ.

A **PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 15, incisos I, III, IV e V, da Lei Complementar n.º 109, de 27/12/2016, combinado com o art. 82, incisos I, VII, XX, XXVIII e XXXVI do Regimento Interno do TCM-PA (Ato 23), e

**CONSIDERANDO** as edições dos Decretos Estaduais n.º 609, de 16 de março de 2020; n.º 687, de 15 de abril de 2020 e n.º 800, de 31 de maio de 2020, bem como do Decreto Legislativo n.º 112, de 15 de dezembro de 2020, todos vinculados às medidas de enfrentamento à pandemia do **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)**, no âmbito do Estado do Pará;

**CONSIDERANDO** os termos da Resolução Administrativa n.º 05, 08, 10, 12 e 15/2020/TCM-PA, e das Portarias Administrativas n.º 0215/2020; 0217/2020; 0259/2020; 225/2021 e 338/2021, que estabelecem diversas medidas administrativas, destinadas ao enfrentamento da pandemia do **“NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19)**, no âmbito deste Tribunal.

**CONSIDERANDO** a edição do Decreto Estadual n.º 670, de 07 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas adicionais de austeridade fiscal do Poder Executivo Estadual, em complemento ao disposto no Decreto Estadual n.º 367, de 23 de outubro de 2019;

**CONSIDERANDO** os termos, fundamentos e orientações expedidas pela Procuradoria Geral do Estado do Pará, consignada junto aos termos da Nota Técnica n.º 000076/2020-PGE, de 26/06/2020 e, ainda, da Nota Técnica SEI n. 20581/2020/ME, emitida pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

**CONSIDERANDO**, ainda, que são balizas fundamentais desta Presidência, a manutenção do regular funcionamento institucional, da continuidade dos projetos de modernização e efetividade no controle externo, bem como da manutenção de empregos diretos e indiretos, tanto de seus servidores como de seus colaboradores terceirizados.

**CONSIDERANDO**, por fim, a necessidade de revisão e atualização da Portaria n.º 0262/2020/TCMPA, editada em 10/04/2020, com base na necessidade e capacidade atual de investimento e, ainda, na movimentação funcional de servidores por necessidade de serviço.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Ficam acrescidos os incisos VII e VIII, junto ao art. 2º, da Portaria n.º 0262/2020/TCMPA, com a seguinte redação:

**Art. 2º.** (omissis)

(...)

*VII – Desenvolvimento de sistemas e ferramentas de Tecnologia da Informação, destinados a ampliação da efetividade e redução de custos da Administração, em especial, com o fortalecimento de processos e procedimentos remotos, por servidores e jurisdicionados;*

*VIII – A priorização de medidas e investimentos destinado à assegurarem a saúde e a vida de servidores e jurisdicionados, em atividades presenciais no TCMPA.*

**Art. 2º.** Ficam revogadas as alíneas “d”, “f”, “i”, “j”, “l”, do inciso I e as alíneas “a”, “b”, “d”, “e”, do inciso II, todos do art. 3º, da Portaria n.º 0262/2020/TCMPA.

**Art. 3º.** Fica revogado o inciso I, do art. 4º, da Portaria n.º 0262/2020/TCMPA.

**Art. 4º.** Fica revogado o parágrafo único, do art. 11, da Portaria n.º 0262/2020/TCMPA.

**Art. 5º.** Ficam alteradas as redações das alíneas “b” e “h”, do inciso I, do art. 3º, da Portaria n.º 0262/2020/TCMPA, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 3º.** (omissis)

*I – (omissis)*

*b) a concessão de novas ou alteração das vigentes gratificações e adicionais para a extensão de carga horária de servidores, exceto quanto à sua redução, revogação ou remanejamento, observadas a necessidade administrativa e a vedação de majoração das despesas com pessoal;*

*h) a nomeação de servidores comissionados, exceto quanto à reposição, por vacância, observada a prévia demonstração pela Diretoria de Gestão de Pessoas, relacionada à abertura de vaga, a partir da exoneração de servidor, observada a vedação de majoração das despesas com pessoal;*

**Art. 6º.** Fica alterada a redação do *caput*, do art. 11, da Portaria n.º 0262/2020/TCMPA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 11. A medida de contingenciamento vinculada à alteração dos percentuais relativos ao adicional de tempo de serviço, estabelecida nos termos da alínea “c”, inciso I, do art. 3º, desta Portaria, observará as prescrições de suspensão temporária e não retroatividade, estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 173/2020.*

**Art. 7º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 15 de janeiro de 2021.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**

**MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ**  
**Conselheira/Presidente do TCMPA**